

**2 ANOS
DE GOVERNO**



EIXO

ECONÔMICO

EIXO ECONÔMICO

Em menos de dois anos, o Governo Federal retirou o Brasil da maior recessão da história. A política econômica implantada a partir de maio de 2016 fez o País voltar ao ciclo virtuoso do crescimento: investir, produzir mais e gerar emprego. A matriz da economia brasileira voltou a ser a responsabilidade fiscal. A inflação, menor que 3% em 2018, protegeu os salários e o poder de compra dos trabalhadores. A taxa básica da economia, a Selic, atingiu o menor percentual de todos os tempos, 6,5%, criando meios para pessoas e empresas quitarem dívidas e refinanciarem empréstimos. Além disso, também ajudou no controle das contas públicas.

MELHORIA DO AMBIENTE ECONÔMICO

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

Liberação de saques das contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) –

O Governo liberou o saque dos saldos do FGTS para contas inativas até 31 de dezembro de 2015. A decisão injetou mais de R\$ 44 bilhões na economia, com um impacto de 0,61% no Produto Interno Bruto (PIB). No total, aproximadamente 25,9 milhões de pessoas retiraram o dinheiro. Os saques do FGTS foram realizados até o dia 31 de julho de 2017.

Saques de cotistas do Fundo PIS-PASEP – Em 2017, o Governo editou duas medidas provisórias (MP) que reduziram a idade mínima para saque das cotas do fundo PIS-PASEP. A primeira reduziu a idade para 62 anos, no caso das mulheres, e 65 anos, no caso dos homens. A segunda MP reduziu a idade mínima para 60 anos, tanto para os homens quanto para as mulheres. Até o início de abril de 2018, 3.340 milhões de cotistas sacaram R\$ 4,7 bilhões. A segunda MP continua em vigor.

Ministério da Fazenda

Cartão de crédito: mudanças no crédito rotativo – O Conselho Monetário Nacional restringiu para 30 dias o prazo do crédito rotativo do cartão de crédito. Vencido esse prazo, as operadoras ficam obrigadas a oferecer outras maneiras para o cliente quitar seu débito, por meio de linhas de crédito com juros menores que o rotativo. A medida foi implementada por meio da Resolução nº 4.549, de janeiro de 2018.

Ministério da Fazenda/Caixa Econômica Federal

Redução de juros da Caixa Econômica Federal (CEF) para financiamento imobiliário - Em novembro de 2016, a Caixa Econômica Federal reduziu 0,25% no crédito imobiliário para pessoas física e jurídica, dentro do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE). Para clientes que adquirirem imóveis novos ou na planta, cuja construção tenha sido financiada pela Caixa, e fizerem a opção de receber o salário pelo banco, as taxas de juros passam a ser ainda menores - iguais às oferecidas aos servidores públicos. O objetivo da medida é estimular o setor da construção civil e fomentar os financiamentos imobiliários. A redução permanece vigente até o momento. Em 16 de abril de 2018, a instituição reduziu em até 1,25% a taxa de juros do financiamento imobiliário com recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE). A taxa mínima saiu de 10,25 ao ano para 9% ao ano. Em um empréstimo de R\$ 300 mil, em 30 anos, a economia aproximada é de R\$ 50 mil, sem considerar a TR.

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

Distribuição dos resultados do FGTS - A distribuição de resultados do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), prevista na Lei nº 13.446, de 25 de maio de 2017, garantiu o crédito de R\$ 7,3 bilhões do lucro líquido do Fundo a 88 milhões de trabalhadores em agosto de 2017. Conforme a Lei, o percentual de distribuição de resultados do FGTS é de 50% do lucro líquido do exercício anterior. A Lei estabelece, ainda, que os valores creditados nas contas dos trabalhadores sejam proporcionais ao saldo da conta vinculada apurada no dia 31 de dezembro do ano anterior.

Ministério do Trabalho

Modernização trabalhista - A nova lei trabalhista entrou em vigor em novembro de 2017 para tornar o País mais competitivo, mais produtivo e com mais empregos. Na prática, isso significa melhores relações entre trabalhadores e empregadores, com novas regras para parcelamento de férias, compensação de jornada de trabalho, intervalo intrajornadas, plano de cargos e salários, banco de horas e trabalho remoto.

Ministérios da Fazenda, da Transparência e Controladoria-Geral da União e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

Medidas para desburocratização - Destaque-se a publicação do “Decreto da Desburocratização”, Decreto nº 9094, de 17 de julho de 2017. A norma tem por proposta oferecer aos cidadãos e empresários acesso aos serviços de forma mais simples, com menos exigências de comprovações de documentos por meio do aprimoramento da gestão e da governança. Na mesma direção, foi editado o Decreto nº 8.936 de, 19 de dezembro de 2016, sobre a Plataforma de Cidadania Digital; ela, por sinal, já resultou no novo portal de serviços do Governo Federal (<http://servicos.gov.br>) e na digitalização do acesso de 38 serviços públicos. Em janeiro de 2018 foi lançado o Programa “Simplifique”, um canal de comunicação focado em sugestão de simplificação de serviços; denúncias no caso de exigência de documentos que já estão disponíveis na base de dados do Governo Federal; e reclamações. Outros exemplos de melhoria são a Nota Fiscal Eletrônica Municipal, o aperfeiçoamento e a integração de sistemas eletrônicos nas três esferas de governo, a automatização da restituição de impostos, os bancos de dados mais ágeis, o reembolso e a compensação de tributos federais.

Casa Civil/Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) - Em 2017, os trabalhos do CDES dividiram-se em dois ciclos, com temas sugeridos pelo presidente da República e pelos conselheiros. O 1º ciclo, realizado nos meses de janeiro e fevereiro, teve reuniões de grupos de trabalho montados para discutir os temas de “ambiente de negócios”, “educação básica”, “agronegócio”, “produtividade e competitividade”, e “desburocratização e modernização do Estado”.

Como resultado dos debates ocorridos nesse primeiro ciclo, o Conselho apresentou ao Presidente da República, durante a 46ª Reunião Plenária do CDES, realizada em março de 2017, 15 recomendações, que originaram 26 medidas anunciadas pelo Presidente como compromissos de governo – as chamadas “determinações presidenciais”, que são pactuadas com os ministérios responsáveis, incluindo prazos e metas. O 2º ciclo dos grupos de trabalho teve reuniões nos meses de abril e maio. Os grupos trataram dos temas “relações internacionais e política comercial”; “empregabilidade”; “segurança pública”; “investimento e intermediação financeira” e “saúde”.

No dia 21 de março de 2018, foi realizada a 47ª reunião plenária, quando foi apresentado o balanço de execução das medidas anunciadas na reunião anterior. A partir das recomendações, o Governo concluiu 17 iniciativas (65%), enquanto outras sete (27%) estão em fase de desenvolvimento e 8% estão em estudo. Na ocasião também foram apresentadas 15 recomendações oriundas dos debates do 2º ciclo dos grupos de trabalho.

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

Nova Lei das Agências Reguladoras – Projeto já aprovado no Senado Federal e em análise na Câmara dos Deputados, garante maior autonomia administrativa e financeira para as agências reguladoras. Entre as mudanças está a negociação sobre orçamento do órgão feita diretamente com o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Outros destaques são o mandato de cinco anos para os dirigentes da agência e a indicação de um ouvidor, com mandato de três anos e nome submetido à aprovação do Senado Federal.

Lei de Governança das Estatais – A Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, estabeleceu requisitos rígidos de governança, transparência e gestão, regras sobre licitações e contratos, obras e serviços e aquisição e alienação de bens para as estatais e sociedades de economia mista. Além disso, definiram critérios para a nomeação de diretores, membros do conselho de administração e de presidentes em empresas públicas e de sociedade mista. O prazo das empresas estatais federais para adequação à Lei termina em 30 de junho de 2018. A Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) implantou o IG-SEST, indicador de governança que busca conformidade com as melhores práticas de mercado e maior nível de excelência para as empresas estatais federais de controle direto da União. A primeira certificação IG-SEST ocorreu em novembro de 2017.

Ministério de Minas e Energia

Novo marco regulatório do pré-sal – Lei nº 13.365, sancionada em 29 de novembro de 2016, desobriga a Petrobras de ser a operadora de todos os blocos de exploração do pré-sal em regime de partilha de produção. A nova legislação faculta à Petrobras o direito de preferência para atuar como operador e


possuir participação mínima de 30% nos consórcios formados para exploração de blocos licitados no regime de partilha de produção. A mudança abre oportunidade para os leilões acontecerem com ou sem a participação da Petrobras.

Receita Federal

Programa de Operador Econômico Autorizado – O Programa de Operador Econômico Autorizado (OEA) mantém sua atuação crescente. Até fevereiro de 2018, foram concedidas 167 certificações a exportadores, importadores e demais intervenientes do comércio exterior e 257 estão em análise no Centro do OEA. O Programa deverá concluir seu projeto de desenvolvimento em dezembro de 2018, com a entrega do Sistema Informatizado OEA e a conclusão do projeto OEA-Integrado, que inova perante às aduanas globais ao integrarem outros órgãos ao projeto – todos com o mesmo espírito de agilização do comércio exterior seguro. O Programa Brasileiro de OEA já é um processo de trabalho interno da Receita Federal do Brasil (RFB), em funcionamento e operacional, e representou no ano de 2017 mais de 12% da quantidade total de operações realizadas no País.

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão/Banco Nacional do Desenvolvimento

BNDES Giro – Lançado em 2017, com foco em micro e pequenas empresas, destina-se a capital de giro para superar momentos de crise e manter empregos. Nos últimos 12 meses, o Programa liberou R\$ 6,6 bilhões. Os resultados mostram que 40% dos financiamentos concedidos foram para empresas que nunca tinham acessado recursos do BNDES antes. Entre os novos clientes, mais de 50% são microempresas.



Investimento em infraestrutura – Em 2017, os financiamentos para infraestrutura foram um dos destaques no desempenho do BNDES, que liberou R\$ 26,9 bilhões para o setor, 38% do total desembolsado. E as aprovações de novos financiamentos para projetos de infraestrutura no País — em especial para energia elétrica e transporte rodoviário — tiveram crescimento significativo: aumentaram 29% em relação a 2016 e somaram R\$ 29,7 bilhões.

MELHORIA DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS

Casa Civil/Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

Liberação do funcionamento do setor supermercadista – Reconhecimento do setor supermercadista como essencial à atividade econômica, por meio de Decreto Presidencial editado em agosto de 2017. A mudança era um pleito antigo do segmento varejista. Os supermercados representam 83,7% da comercialização de produtos de primeira necessidade. Há 89 mil supermercados no Brasil, que empregam mais de 1,8 milhão de pessoas. O setor passou a contar com instrumentos jurídicos adicionais para negociar a abertura dos estabelecimentos aos domingos e feriados, em todo o Brasil.

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

Ações na Suframa (Zona Franca de Manaus) – Desde 2016, foram aprovados pelo Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) cerca de 350 projetos industriais e de serviços. Os investimentos ultrapassam o valor de US\$ 4,5 bilhões, com a geração estimada de 7,5 mil postos de trabalho na região nos próximos três anos.


Backlog (Polo Industrial de Manaus): O Governo Federal, em parceria com a Suframa, avançou expressivamente na redução do *backlog* de análise dos investimentos em P&D no Polo Industrial de Manaus. Entre o início de 2016 e 2017, o passivo reduziu cerca de 70%. O tempo médio de análise passou de seis anos para um ano.

Nova Lei de Informática: A Lei de Informática da Zona Franca de Manaus foi aperfeiçoada, uma iniciativa que aumenta a segurança jurídica para empresas desse setor no Polo Industrial de Manaus. Com a nova lei, surgem modalidades inovadoras de investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação. A gestão dos recursos foi simplificada e, além disso, será possível reinvestir os valores glosados, aumentando o aporte de recursos em inovação em cerca de R\$ 1,5 bilhão, ao longo de quatro anos. Trata-se da Medida Provisória nº 810, de 8 de dezembro de 2017, que tem força de lei, mas ainda carece de aprovação do Congresso Nacional.

Sistema Brasileiro de Propriedade Industrial - Em 2017, o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) analisou o maior volume de patentes e desenhos industriais na história do órgão e o maior volume de marcas dos últimos dez anos, considerando um período de 12 meses. Fechou o ano com mais análises realizadas do que pedidos efetuados, nas três áreas, reduzindo o *backlog*. O INPI reduziu, em 2017, 7,6% em patentes, 14,9% em marcas e 26% em DI. Nos últimos três anos, a produtividade dos exames do instituto vem subindo consistentemente e alcançou patamares recordes.

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços/Receita Federal do Brasil

Novo portal do empreendedor - Sítio com mais de dois milhões de acessos mensais, foi completamente reformulado para facilitar a vida dos pequenos empresários, em outubro de 2017.



A principal funcionalidade do portal é permitir o cadastro dos Microempreendedores Individuais (MEI) junto ao Governo Federal. Durante a Conferência Ministerial da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) para Impulsionar o Desenvolvimento de Pequenas e Médias Empresas (PMEs), ocorrida em fevereiro de 2018, no México, o Portal do Empreendedor foi destacado como exemplo na redução da informalidade do setor.

Receita Federal Secretaria de Previdência/Ministério da Fazenda/Ministério do Trabalho Instituto Nacional do Seguro Social/Ministério do Desenvolvimento Social/Caixa

eSocial – Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas, que unifica a prestação das informações das empresas. Desde 8 de janeiro de 2018 está sendo implantado em fases, com entradas bimestrais de informações. Até julho de 2018 todas as empresas com faturamento superior a R\$ 78 milhões passarão a prestar informações ao eSocial. A partir de agosto de 2018, o Sistema estará aberto para as demais empresas, também de maneira faseada, com conclusão em dezembro de 2018.

Ministério da Fazenda e Banco do Brasil

Lucro do Banco do Brasil – A empresa teve lucro líquido de R\$ 11,1 bilhões em 2017. Esse montante significa um incremento de 54,2% em relação a 2016. Com o resultado, as ações do Banco tiveram valorização de 147,6%, com o pico de R\$ 43,71 a ação, alcançado em 9 de março de 2018. Graças à sua recuperação, o BB fez investimentos sociais da ordem de R\$ 584,1 milhões nos últimos 21 meses.

Ministério da Fazenda e Caixa Econômica Federal

Lucro da Caixa Econômica Federal – A instituição registrou, em 2017, lucro de R\$12,5 bilhões, o maior dos seus 157 anos de história. É resultado de medidas de gestão, com destaque para a melhoria do Índice de Eficiência, o aprimoramento do modelo de governança, dos mecanismos de controle e de gerenciamento de riscos, o fortalecimento da sua estrutura de capital com atendimento aos níveis prudenciais estabelecidos pelo Banco Central, a redução da inadimplência – cujo índice foi o menor de todo o mercado financeiro – e a aprovação do novo estatuto da empresa em 19 de janeiro de 2018, totalmente adequado à Lei das Estatais.

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

Balança comercial brasileira – Em 2017, as exportações brasileiras somaram US\$ 217,739 bilhões, valor 17,5% superior ao resultado de 2016 – US\$ 185,235 bilhões. O saldo comercial chegou a US\$ 67 bilhões – recorde histórico do superávit comercial. As exportações cresceram 17,5% no ano, após cinco anos consecutivos de queda. Resultado das ações de governo, do esforço da indústria e também do agronegócio. Por sua vez, as importações aumentaram em quase 10% no ano, chegando a US\$ 150,0749 bilhões. Esse movimento de alta das compras externas não ocorria há três anos. O crescimento das importações sinaliza o reaquecimento da atividade econômica brasileira e está em linha com outros indicadores, que apontam também para a retomada da atividade industrial. Em 2018, até a segunda semana de abril, as exportações totalizavam US\$ 64,173 bilhões e as importações, US\$ 46,897 bilhões, com saldo positivo de US\$ 17,276 bilhões.

MODERNIZAÇÃO E PRODUTIVIDADE

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Plano Agro+ - Cerca de 900 ações já foram adotadas por meio do Agro+, plano para desburocratização e modernização do setor, com ganho de eficiência projetado em R\$ 1 bilhão. Entre os destaques: a redução da temperatura de -18°C para -12°C dos cortes suínos, impactando no gasto de energia elétrica; a flexibilização das regras que orientavam a produção de laticínios, ovos e mel, para viabilizar os pequenos negócios; o fim da exigência de vigilância epidemiológica para *Salmonella Enteritidis*, *Typhimurium*, *Gallinarum* e *Pullorum* das aves de um dia e ovos férteis que forem provenientes de granjas certificadas como livres para estes agentes patogênicos e vacinadas para a doença de Newcastle; e a dispensa da reinspeção de produtos importados quando o histórico do produto demonstra baixa ocorrência de não conformidades. Sobre a execução do crédito, o valor é 20,6% superior ao observado no mesmo período na safra anterior.

Ministério da Integração Nacional


Renegociação de dívidas de agricultores do Norte e do Nordeste - Na região Norte, de um total de 219.881 dívidas passíveis de renegociação, foram renegociadas, até o início de 2018, cerca de 25 mil operações. Na região Nordeste, são mais de 800 mil contratos passíveis de renegociação. Até janeiro de 2018, foram realizadas 211 mil renegociações/quitações. O prazo foi prorrogado até o final de 2018.

Ministérios da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, do Trabalho e da Educação/Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial/Câmara de Comércio Exterior/Banco Nacional do Desenvolvimento/Banco da Amazônia/Financiadora de Estudos e Projetos

Agenda Brasileira para a Indústria 4.0 - Em parceria com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), foi lançada, em março de 2018, a agenda brasileira para a Indústria 4.0, um conjunto de medidas para auxiliar o setor produtivo, em especial as pequenas e médias indústrias, em direção ao futuro da produção industrial. No total, serão ofertadas linhas de crédito que somam R\$ 9,1 bilhões pelo BNDES, Banco da Amazônia (Basa) e Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). Além disso, está previsto o financiamento de projetos para a realização das chamadas fábricas do futuro (*testbeds*, em inglês), para os quais foram destinados R\$ 20 milhões. Por meio da Câmara de Comércio Exterior (Camex), o Governo também zerou o imposto de importação para aquisição de robôs industriais não produzidos no Brasil, o que deve gerar investimentos de US\$ 250 milhões nos próximos dois anos. Em outra frente, o Governo estabeleceu parcerias para financiamento público-privado para requalificação de trabalhadores, treinamento de professores e criação de laboratórios voltados à 4ª Revolução Industrial.

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

Programa Brasil Mais Produtivo - O Brasil Mais Produtivo tem o objetivo de prestar consultoria especializada, de baixo custo, para indústrias de pequeno e médio porte, visando ao aumento da produtividade. Em sua primeira etapa, concluída em dezembro de 2017, a iniciativa atendeu a três



mil empresas dos setores metalmeccânico, moveleiro, vestuário e calçados, alimentos e bebidas. O investimento total é de R\$ 50 milhões. Além disso, o Programa foi ampliado com foco em eficiência energética e tecnologia.

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços/Receita Federal

Micro e pequenas empresas - Desde junho de 2017, 17 mil micro e pequenas empresas brasileiras exportadoras conseguem operar com mais facilidade, usando a Declaração Única de Exportação (DU-E). A DU-E reduz em até 40% o prazo médio de uma operação de exportação e em até 60% o preenchimento manual de dados. A mudança diminui erros e facilita a comprovação junto aos fiscos estaduais.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Estimativa da safra 2017/2018 - A produção da safra de grãos 2017/2018 está estimada em 226 milhões de toneladas, conforme sexto levantamento divulgado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Deverá ser a segunda maior de todos os tempos. Safra 2016/2017: Maior safra de grãos de toda a história, com 237,7 milhões de toneladas.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento


Plano Agrícola - Médios e grandes produtores rurais tomaram, até março, R\$ 92,1 bilhões em empréstimos por meio do crédito oficial na atual temporada 2017/2018. Isso representa um aumento de 12,4% em relação ao que foi contratado em igual período da safra anterior. O valor é liderado pelos

financiamentos para comercialização e para investimentos, cuja expansão foi, respectivamente, de 32,7% e de 25,3%.

Vacinação contra aftosa - Um total de 192,1 milhões de cabeças de bovinos e bubalinos foram vacinadas durante o período oficial da vacinação de 2017, com uma cobertura vacinal de 98% nas 26 UFs onde a vacinação é obrigatória. Em maio, durante a reunião anual da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), em Paris, a entidade deverá anunciar o Brasil como país livre da febre aftosa com vacinação. A certificação oficial pela OIE de que todo o território nacional é livre da doença com vacinação, deve contribuir para ampliar e abrir novos mercados internacionais às carnes brasileiras.

Minas e Energia/Petrobras

Recuperação da Petrobras - Em 2017, a Petrobras registrou prejuízo de R\$ 446 milhões e, no mesmo período do ano passado, a empresa havia sofrido um prejuízo de quase R\$ 15 bilhões. Em dezembro de 2017, a empresa atingiu o recorde de produção mensal de óleo e gás na camada pré-sal de 1,69 milhões de barris de óleo equivalente por dia. As medidas tomadas pelo Governo Federal para a recuperação da Petrobras já mostram resultados importantes também no cenário internacional. Em fevereiro de 2017, a agência de classificação de risco Standard & Poor's (S&P) mudou a classificação de risco da dívida corporativa da companhia de B+ para BB- e a perspectiva de negativa para estável. No relatório sobre a Petrobras, a S&P afirmou que a melhora no nível de risco da estatal reflete a evolução da sua liquidez e uma robusta posição de caixa que confere maior capacidade para lidar com possíveis contingências, ou seja, diminuiu os riscos de a companhia não honrar seus compromissos. A recuperação do relacionamento com bancos domésticos e internacionais e da capacidade da Petrobras em acessar o mercado de capitais também foi ressaltada pela agência, que considerou como positivas as operações de gestão



da dívida. Também foram destacados o avanço do Programa de Desinvestimentos e as perspectivas para o atingimento da meta estabelecida para 2017 e 2018. A Standard & Poor's também ressaltou o foco em lucratividade pela administração da companhia, a estrutura de capital mais equilibrada e o compromisso com a desalavancagem, assim como a consistência da nova política de preços, que permite maior visibilidade para a geração de caixa da Petrobras.

Ministério da Integração Nacional

Crédito para desenvolvimento regional - O volume de recursos contratados pelos Fundos Constitucionais de Financiamento no Centro-Oeste (FCO), no Nordeste (FNE) e no Norte (FNO) do País cresceu. Em 2017, as três regiões contrataram mais de R\$ 26,5 bilhões de crédito por meio dos Fundos. Em 2018, o Governo Federal está destinando R\$ 43 bilhões para as três regiões. Os recursos atendem desde o agricultor familiar até às grandes indústrias, com o objetivo de aquecer a economia e estimular o desenvolvimento regional.

PROMOÇÃO DO TURISMO

Ministério do Turismo

Brasil + Turismo (ampliação do turismo no Brasil) - Lançado em abril de 2017, o Projeto visa fortalecer o setor no País. Foram elencadas dez medidas para destravar o setor e consolidar o turismo como atividade econômica capaz de gerar emprego, renda e movimentar a economia. O plano tem, entre suas metas, a de ampliar de 6,6 milhões para 12 milhões em 2022 a entrada de turistas estrangeiros no País e, em consequência, elevar a receita cambial do turismo de US\$ 6 bilhões para US\$ 19 bilhões.

Ministério do Turismo/Ministério da Educação

Brasil + Turismo (qualificação profissional) – Intensificação dos programas e parcerias para qualificação profissional de jovens e adultos para melhor atendimento aos turistas.

Programa Brasil Braços Aberto: Plataforma *online* de ensino a distância, já qualificou mais de 2,73 mil alunos em 2017.

Mediotec Turismo: 10,2 mil vagas em cursos presenciais e a distância para jovens que queiram entrar no mercado de trabalho do turismo.

Pronatec Turismo Voluntário: 207.375 vagas para 24 cursos destinados a pessoas maiores de 15 anos, residentes em qualquer unidade da Federação e no DF.

Programa de Qualificação Internacional: 104 alunos de hotelaria e hospitalidade enviados ao Reino Unido para estudar em instituições renomadas de ensino.

Ministério do Turismo

Apoio a projetos de infraestrutura turística – O Ministério do Turismo desembolsou R\$ 578 milhões em 2017 para melhorar a infraestrutura turística do País. Ao todo foram 1.099 obras entregues em 24 Estados, como a pavimentação de vias em destinos turísticos, sinalização turística, reforma de praças, construção e reforma de centros de convenções, construção de centro de eventos e Centros de Atendimento ao Turista (CAT), entre outros.

Ministério do Turismo/Ministério da Educação

Brasil + Turismo (atualização do Mapa do Turismo Brasileiro) – O Mapa do Turismo Brasileiro, que norteia a definição de políticas públicas para o setor e o direcionamento de verbas federais, foi atualizado pelo MTur em setembro de 2017: agora são 3.285 Municípios em 328 regiões turísticas – crescimento de 51% frente a 2016. Depois, em fevereiro, o MTur atualizou a categorização (classificação de “A” a “E”) desses Municípios que declararam adotar o turismo como estratégia de desenvolvimento. Essa classificação serve como ferramenta de gestão e acompanhamento do desempenho da economia do turismo local. A atualização do Mapa do Turismo Brasileiro é feita a cada dois anos, para que os Municípios se organizem e para que os recursos federais sejam direcionados às regiões realmente vocacionadas ao Turismo.

Ministérios do Turismo e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

Brasil + Turismo (melhor aproveitamento de áreas da União) – O Ministério do Turismo e a Secretaria de Patrimônio da União (SPU), do Ministério de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, assinaram portaria conjunta que permite a cessão, ao MTur, de áreas com alto potencial turístico, para fins de gestão, regularização e concessão. Pela parceria, o Ministério identificará áreas da União, como orlas marítimas e margens de rios federais com potencial turístico. O Ministério do Turismo e SPU estão elaborando a instrução normativa com procedimentos para efetivar a entrega das áreas e trabalhando em uma proposta para criar mecanismos para agilizar os processos de regularização da situação fundiária das áreas com potencial para o desenvolvimento do turismo.

Ministérios do Turismo e dos Transportes, Portos e Aviação Civil


Brasil + Turismo (nova regra para voos de férias) – Teve início, no final de março, a nova regra para voos *charters*, os chamados voos de férias, que deixaram de necessitar da autorização prévia da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC). O MTur estima que a normatização resultará na entrada de dez milhões de brasileiros no mercado de viagens, além de contribuir com a melhoria da infraestrutura dos aeroportos de pequeno porte que deverão passar a contar com aparelhos de raio-x e bagagens para aumentar a segurança do voo e dos passageiros, o que poderá despertar o interesse das empresas em começarem a operar voos regulares.

Ministério do Turismo

Brasil + Turismo (fortalecimento dos órgãos estaduais de turismo) – Repasse de R\$ 5,4 milhões para os órgãos estaduais de turismo, objetivando a estruturação das regiões turísticas do Mapa Brasileiro do Turismo. Os recursos serão destinados para elaboração de projetos executivos, planos de desenvolvimento integrado do Turismo Sustentável e de Marketing, entre outros. O MTur divulgou resultado da chamada pública em setembro de 2017: nove estados brasileiros foram contemplados e receberão R\$ 250 mil por projeto, em um total de 13 projetos selecionados.

Ministério do Turismo e Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

Brasil + Turismo (parques temáticos) – Para atrair grupos de investidores estrangeiros para parques temáticos e tornar sustentáveis os já existentes no País, o Brasil + Turismo adotou medidas para adequar



o conceito de parques temáticos na Lei Geral do Turismo e nos decretos e portarias relacionados. Equipamentos similares na indústria nacional, destinados a parques temáticos, poderão ser adquiridos no exterior sem pagamento do imposto de importação até o dia 6 de outubro de 2018. A medida consta de Resolução nº 4 da Câmara de Comércio Exterior (Camex), publicada no Diário Oficial da União, no dia 6 de fevereiro. A resolução enumera sete itens a serem beneficiados com a redução temporária do imposto de importação de até 20% para zero. A iniciativa deverá resultar em investimento de R\$ 42,5 milhões.

Ministério do Turismo

Brasil + Turismo (reforço para a formalização do setor) – O MTur tem se dedicado, desde setembro de 2017, a um intenso trabalho de sensibilização e fiscalização dos empreendimentos turísticos em todo o Brasil, após a criação de um corpo de fiscais da própria pasta, demanda histórica do setor. A operação pioneira “Verão Legal” cobriu as 27 capitais do País (encerra em abril de 2018), que receberam equipes de fiscalização para sensibilizar os prestadores de serviços sobre a importância da formalização do setor. Além das medidas educativas pela regularização dos empreendimentos, os fiscais também divulgaram as vantagens do cadastramento para as empresas.

Modernização do Cadastur: Promoveu a simplificação do processo de cadastramento, que passa a ser integralmente eletrônico (www.cadastur3.turismo.gov.br). O novo Cadastur está 100% implantado e em vigor em todo o País.

Marketing Nacional – Ao longo de 2017 foram lançadas quatro grandes campanhas promocionais regionais para estimular o brasileiro a viajar pelo Brasil: ‘O verão chegou. E espera por você no

Nordeste’, “Descubra uma nova Amazônia”, “Sul. Não dá para contar, tem que conhecer” e “Rio de Janeiro: vem que é muuuito maneiro”. Foram realizados investimentos também no projeto Descubra o Brasil e “Se Joga”.

Fundo Geral de Turismo (Fungetur) – O Fundo foi reformulado com foco no atendimento a micro e pequenas empresas na compra de bens ou para construção e reforma de empreendimentos turísticos. Com a mudança promovida em 2017, a operacionalização da linha de crédito – que antes era feita apenas pela Caixa Econômica Federal – foi ampliada para outras sete instituições financeiras com oferta total de crédito no valor de R\$ 66,7 milhões. Atualmente, o fundo registra R\$ 11 bilhões em operações contratadas e aprovadas.

Brasil + Turismo (Prodetur + Turismo) – No início de abril, o MTur lançou o Programa de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo – Prodetur + Turismo, um novo programa para ampliar a oferta de recursos para a realização de projetos para o desenvolvimento do turismo no País. Um total de R\$ 5 bilhões em recursos vão apoiar Estados e Municípios no acesso a linhas de financiamento com prazos e juros diferenciados de instituições parcerias, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O pré-requisito para acessar os recursos é fazer parte do Mapa do Turismo Brasileiro. Os projetos e ações aptos a serem beneficiados pelo Prodetur + Turismo serão identificados com o Selo+Turismo, indicativo de alinhamento da proposta com a Política Nacional de Turismo, com o Plano Nacional de Turismo 2018-2022 e com as diretrizes do Programa.

Turismo no Programa Agora, é Avançar – No Programa, 23 obras de infraestrutura turística receberam prioridade de investimentos e serão aceleradas para gerar emprego, renda e movimentar a economia



e o turismo dos destinos onde serão implantadas. Para esses projetos, foram garantidos R\$ 682,5 milhões. As obras estão em andamento.

Turismo sustentável e infância - No âmbito do Programa, que trabalha a prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes, foram realizadas três ações no estilo “câmara escondida” para o período do carnaval de 2017, com o objetivo de alertarem turistas e setor produtivo sobre possíveis situações de exploração, além de estimularem a realização de denúncias pelo “DISQUE 100”. O conteúdo foi utilizado nas redes sociais, portal do MTur e divulgado nas TVs de bordo das principais companhias aéreas brasileiras. Também foi produzido material impresso, divulgado em suas revistas de bordo.

Ministérios do Turismo e do Meio Ambiente/Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

Desenvolvimento dos Parques Nacionais - O Brasil é apontado como o número um do mundo em recursos naturais, mas as unidades de conservação do País receberam pouco mais de 10,7 milhões de visitantes em 2017, enquanto os Estados Unidos da América (EUA) recebem mais de 300 milhões de visitantes ao ano.

Status: MMA e ICMBio divulgaram recentemente o início da concessão de novos parques nacionais: Parques nacionais de Brasília e do Pau Brasil, em Porto Seguro, na Bahia.

Caixa Econômica Federal/Banco do Brasil/Banco do Nordeste/Banco da Amazônia/Banco Nacional do Desenvolvimento

Governo investe R\$ 2,5 bi em empresas de turismo - De janeiro a setembro de 2017 a Caixa Econômica, o Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia e o BNDES emprestaram cerca de R\$ 2,5 bilhões para as empresas do setor de turismo. As linhas de crédito destinam-se a construção e reformas de hotéis, bares, restaurantes, agências de viagens, parques temáticos e outras atividades relacionadas.

REEQUILÍBRIO FISCAL

Ministério da Fazenda/Receita Federal

Novo Programa de Regularização Tributária - O Programa de Regularização Tributária (Medida Provisória nº 766/2017) permite que quaisquer dívidas com a Receita Federal, vencidas até 30 de novembro de 2016, de pessoas físicas ou jurídicas, sejam renegociadas em condições especiais. O prazo para adesão ao PRT é até 31 de maio.

Previsão de cronograma:

- Consolidação: setembro de 2018;

- Exclusão/encerramento: dezembro de 2018;
- Validação dos créditos – fevereiro de 2019; e
- Revisão da consolidação – maio de 2019.

Ministério de Minas e Energia

Modernização da Eletrobras – Em agosto de 2017, o Ministério de Minas e Energia comunicou a proposta de redução da participação da União no capital da Eletrobras, com sua consequente democratização na Bolsa de Valores. A medida trará maior competitividade e agilidade à empresa para gerir suas operações, sem as amarras impostas às estatais. Esse movimento permitirá à Eletrobras implementar os requisitos de governança corporativa exigidos no novo mercado, equiparando todos os acionistas – públicos e privados – com total transparência em sua gestão. Em janeiro de 2018, o Poder Executivo enviou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 9.463, que propõe a modernização da Eletrobras (Centrais Elétricas Brasileiras S.A.).

Ministério da Fazenda

Repatriação de capital – A aprovação da repatriação de capital permitiu a regularização de recursos mantidos no exterior, pagando tributo e multa. Em 2017, houve nova abertura de prazo para a repatriação de recursos por meio da Lei nº 13.428, de 30 de março de 2017.

Renegociação da dívida dos Estados - O Projeto de Lei Complementar nº 343/2017 foi aprovado na Câmara dos Deputados em abril e convertido na Lei Complementar nº 159 em maio de 2017. Até o momento, o Rio de Janeiro foi o único Estado que aderiu ao RRF. O Estado do Rio Grande do Sul negocia sua entrada no regime.

Teto dos gastos públicos - Medida essencial para o ajuste das contas públicas no País, a Emenda Constitucional nº 95 foi promulgada pelo Congresso Nacional em dezembro de 2016 e instituiu o Novo Regime Fiscal. A medida limitou o crescimento das despesas do Governo para os próximos 20 exercícios financeiros. A partir de 2017, as despesas primárias da União estão restritas ao que foi gasto no ano anterior, corrigidas pela inflação. A partir do 10º ano de vigência do Novo Regime Fiscal, projeto de lei complementar de autoria do Presidente da República poderá propor novo método de correção do limite da despesa a cada mandato presidencial.

Ministério da Fazenda/Receita Federal

Aprovação da Desvinculação de Receitas da União - Promulgada pelo Congresso Nacional em setembro de 2016, a Emenda Constitucional nº 93 desvincula 30% das Receitas da União até dezembro de 2023. A Desvinculação de Receitas da União (DRU) possibilita ao Governo Federal maior flexibilidade para aplicar os recursos públicos em despesas e investimentos considerados prioritários para o País, sem prejudicar o financiamento da Seguridade Social.

INOVAÇÃO

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

StartOut - Em uma parceria com o setor privado, o MDIC promove a inserção internacional de *startups* brasileiras, por meio de uma agenda desenvolvida com parceiros argentinos, franceses, americanos, alemães e israelenses. O foco é a capacitação de *startups* brasileiras e a conexão dessas empresas nascentes com clientes, parceiros e investidores estrangeiros. A primeira missão foi realizada em Paris, em dezembro de 2017. Para 2018, estão previstas ações em Berlim, Miami e Lisboa. O *StartOut* Brasil é coordenado pelo MDIC, em parceria com o MRE, a Apex-Brasil, o Sebrae e a Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec). A meta é levar 240 empresas para o exterior até 2021.

MDIC/MCTIC/Apex-Brasil/MRE/BNDES/CNPq/FINEP

Sala de Inovação - Criada em dezembro de 2017, a Sala de Inovação é uma iniciativa do Governo Federal para coordenar as ações de atração de centros e projetos de PD&I de grandes empresas multinacionais para o Brasil. Com essa iniciativa, o Brasil quer atrair pelo menos 30 grandes centros de PD&I até 2022.

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços/Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Programa InovAtiva - Oferece capacitação *online*, mentorias de alto nível e conexão com o mercado para *startups* de todo o País, sem nenhum custo para os participantes. Em 2017, foram realizadas

duas edições do Programa, com mais de 2,7 mil projetos submetidos, 555 *startups* selecionadas para capacitação e mentorias individuais e 250 delas se apresentaram para uma banca de investidores, clientes e parceiros. No primeiro trimestre de 2018, o Programa recebeu 1.240 inscrições, das quais até 300 foram selecionadas em março para o ciclo de aceleração de 2018. Ainda em 2017, o Programa, corealizado em parceria com o Sebrae desde 2016, foi escolhido pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) como exemplo mundial de inovação no setor público.

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

Programa Nacional Conexão *Startup* Indústria – Em 2017, o Programa cadastrou 394 empresas de todo o País – 49 indústrias, 325 *startups* e 20 instituições de apoio ao desenvolvimento de negócios. Com o avançar do projeto, levando em conta os critérios do edital, foram realizadas conexões (*matches*) envolvendo dez indústrias, 27 *startups* e cinco instituições de apoio. A Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) prevê investimentos de R\$ 50 milhões, em três anos, para a promoção do ambiente de negócios em inovação.

